



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: SANDRA SANTANA

TIPO DA REUNIÃO: Audiência Pública
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 24 de junho de 2025

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito bom dia a todos. Sejam muito bem-vindos à Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência pública é muito importante. Com a presença do nosso Sr. Secretário Fabricio Cobra; da Sra. Secretária Adjunta Tatiane; a Sra. Patrícia, que é a Coordenadora; do nobre Vereador Alessandro Guedes, que foi quem propôs esta audiência pública, declaro abertos os trabalhos da 3ª audiência pública de 2025, da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realizada hoje, 24 de junho.

Esta audiência pública foi convocada para discutir o Programa Tô Legal na cidade de São Paulo, conforme requerimento CCJ 2/2025, de autoria do nobre Vereador Alessandro Guedes, aprovado em 16/04/2025.

Informo que essa audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo. A realização desta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde 16 de junho.

As inscrições para a participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 16 de junho, devendo os inscritos pelo *site* participarem pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por e-mail. O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria desta Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foi convidado para esta audiência pública o Sr. Fabricio Cobra, Secretário Municipal das Subprefeituras.

Antes de passar a palavra ao nobre Vereador Alessandro Guedes, queria fazer uma fala convite, já que o Dr. Benedito Barbosa, do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, que é conveniado à Defensoria Pública, possa compor a Mesa conosco, por favor.

Queria iniciar dizendo que, muito antes de ser Vereadora, fui Subprefeita de Perus, da Freguesia do Ó/Brasilândia. Tive a oportunidade e o privilégio de ser Subprefeita com o Sr. Secretário Fabricio Cobra que, na época, era o Subprefeito da Vila Mariana.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 2 DE 42

Naquele momento, o desafio era o de implantar o Tô Legal na cidade de São Paulo, nobre Vereador Alessandro, foi na gestão do Prefeito Bruno Covas. Eu me lembro que, em toda a cidade, uma das principais coisas que fizemos, inclusive a pedido do próprio Prefeito Bruno Covas, foi abrir a porta do diálogo aos ambulantes da cidade de São Paulo, num primeiro momento, orientando todo mundo.

Eu me lembro que, na região da Freguesia do Ó/Brasilândia, fizemos duas boas e grandes reuniões, uma com o comércio ambulante da Freguesia do Ó e outra com o comércio ambulante da Brasilândia, falando sobre o programa que a gente entende que, no mínimo, gera dignidade para vocês que trabalham na rua.

Então, parabéns, nobre Vereador Alessandro, por trazer esse tema. Esta pauta, inicialmente, tinha o foco da zona Leste, mas a gente entende que é importante, e o próprio Secretário fez questão de convidar algumas pessoas de outros lugares de São Paulo para estarem aqui hoje.

Então, vou passar a palavra ao nobre Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Obrigado, minha Presidente Sandra Santana, da nossa querida Comissão de Constituição e Justiça.

Primeiramente, bom dia a todos os presentes. Quero cumprimentar a nossa Presidente. Quero cumprimentar o Dr. Benedito da Gaspar Garcia, cumprimentar o Secretário de Subprefeitura, Sr. Fabricio Cobra; a Sra. Tatiane, que é a Adjunta do Fabricio na Secretaria; e a Sra. Patrícia que nos acompanha para tratar deste tema.

Quero saudar a presença do Secretário, porque é importante a sua presença, Secretário, para ouvir da população os anseios, as queixas, as propostas que eles têm de melhoramento deste tema do programa Tô Legal.

Quero relatar que propus para a nobre Vereadora Sandra e para a Comissão de Justiça uma audiência pública, a princípio, por causa de algumas queixas de alguns trabalhadores ambulantes de Cidade Tiradentes, que sofriam vários temas - eles vão ter oportunidade de falar - na região e queriam tratar sobre essa questão do Tô Legal. Falei com a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 3 DE 42

Vereadora Sandra, propus um requerimento à CCJ, que o aprovou de bate pronto, porque esse debate é importante para a cidade, não só para a Cidade Tiradentes

Em seguida, tive a oportunidade de fazer uma reunião com o Sr. Fabricio para tratar outros temas da cidade, e falei que a CCJ vai tratar de um tema relacionado ao Tô Legal e que seria importante que a Secretaria fosse representada por alguém da pasta para falar sobre o assunto e ouvir as pessoas.

O Secretário de bate pronto falou: “Eu quero ir. Fui subprefeito, conheço alguns pontos do Tô Legal que podem ser melhorados também. Quero estar presente, sem dúvida nenhuma, para ouvir as pessoas.”

Então, saúdo a sua presença, Secretário, muito importante para nós a sua representação na Mesa, assim como é importante a presença do Instituto Gaspar Garcia, que defende os trabalhadores ambulantes nesta cidade, que sofrem também agressão, muitas vezes, violenta da Operação Delegada, que é um dos temas que será abordado hoje.

Sem dúvida nenhuma, nesta audiência pública poderemos construir propostas que melhorem esse bom Programa Tô Legal na nossa cidade.

Muito obrigado pela presença. Obrigado, Vereadora Sandra, pela audiência.

Podemos dar início aos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito bom, nobre Vereador Alessandro Guedes. É sempre importante dizer que o principal objetivo de uma audiência pública é ouvir a população, ouvir e unir o Poder Público, o Poder Executivo, a Câmara Municipal, que é o Poder Legislativo, principalmente ouvindo vocês, compreendendo suas necessidades e dificuldades.

A gente sabe que quem está no comércio ambulante depende literalmente da rua. O que não significa que precisa estar somente na rua, Secretário. Podem ter espaços importantes de ocupação do comércio ambulante com mais segurança, tranquilidade, dignidade, inclusive, mais do que, muitas vezes, nas calçadas de São Paulo.

O Programa Tô Legal busca regulamentar e humanizar a relação entre o Poder Público e os trabalhadores informais. É uma proposta importante, como eu já tinha dito. Esta

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 4 DE 42

audiência pública não tem, em hipótese alguma, como objetivo um embate, mas sim o esclarecimento, troca de ideias e aperfeiçoamento.

É muito bom estar aqui junto com vocês.

Queria perguntar ao Secretário se deseja fazer uma fala de abertura. Depois a gente passa para a audição.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Bom dia a todos. Cumprimento a nossa Vereadora Sandra Santana, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Comissão que analisa todos os projetos de lei da Casa; o nosso Vereador Alessandro Guedes; e os demais Vereadores que compõem a CCJ.

Cumprimento o Dr. Benedito Roberto Barbosa, do Instituto Gaspar Garcia; as pessoas que compõem a Secretaria: Tatiana Hobles Seferjan, que é a minha Secretária Adjunta, Procuradora do Município; Patrícia Vieira Costa, que coordena a DEGUOS, Coordenadoria da qual o Programa Tô Legal faz parte. São as pessoas que, no dia a dia, vão mexer e comentar com todos os nossos participantes, os que fazem o comércio de rua, que é um comércio importante.

O Prefeito Ricardo Nunes nos coloca sempre na missão de ouvir. Nada melhor do que ouvir as pessoas que usam o Sistema do Tô Legal, na Casa do Povo, que é a Casa dos Vereadores. Essa união é importante. Os Vereadores, que são o Legislativo do nosso Município, que representam o povo, são eleitos e representam as pessoas que utilizam o Sistema de Tô Legal. Então, esse é um pedido do Prefeito Ricardo Nunes, ou seja, sempre estarmos próximos, ouvindo tudo aquilo que a gente pode entender e que pode ser realizado.

Como a Vereadora Sandra lembrou, em 2019, fui Subprefeito da Vila Mariana e ela era a Subprefeita da Freguesia, quando o Prefeito Bruno Covas instituiu o Programa Tô Legal. Na época, tivemos muitas reuniões na Vila Mariana. Os próprios comerciantes falavam, pela primeira vez, em 20 anos, que eram reconhecidos, apesar de o comércio de rua estar há tanto tempo na cidade de São Paulo recebeu a regulamentação através do Tô Legal.

Hoje, representando o Prefeito Ricardo Nunes, viemos para ouvir todos vocês que

fazem uso desse sistema, avaliar o que a gente pode levar como melhorias do próprio sistema.

Agradeço à Vereadora Sandra e ao Vereador Alessandro Guedes pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Secretário. Está presente também o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli. Se o senhor quiser, venha compor a Mesa conosco, uma vez que já fez parte da CCJ.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Só veio matar a saudade da CCJ? Está certo.

Nós já temos a lista de inscritos. Eu queria combinar com todos que estão presentes, Vereador Alessandro, porque percebi, enquanto falávamos, que houve uma quantidade considerável de inscrições. Temos seis inscrições de forma virtual, por enquanto, 12 inscritos aqui. A nossa audiência pública precisa terminar, impreterivelmente, às 12h55, porque às 13h a CCJ tem uma reunião extraordinária. Nós precisamos cumprir os horários, inclusive, por conta do nosso horário em plenário.

Qual o combinado que eu, quando presido uma audiência pública, gosto de fazer? Que o tempo seja respeitado. Porque se as pessoas extrapolarem o tempo, se você falar por cinco minutos, o seu colega pode perder o direito dele de falar, por conta do horário que nós temos.

Então, não passe dos três minutos e que a gente se atente, porque às vezes, o que se pretende falar um, dois, três colegas já falaram, o que pode se tornar muito cansativo, não é, Dr. Benedito? Para não ficar repetindo as mesmas coisas, para ter uma audiência produtiva, com momentos de fala de quem representa vocês, na fala da Defensoria Pública, do próprio Secretário, depois daquilo que vocês estiverem abordando.

Eu vou iniciar intercalando as pessoas que estão de forma presencial, com aqueles que fizeram a inscrição de forma virtual.

O primeiro inscrito foi o Dr. Benedito. O senhor deseja falar agora ou prefere um pouco depois? Pode falar um pouco depois. Está ótimo.

A Sra. Luciana Mendonça, do Movimento Trabalhadores Sem Direitos, da Coordenação Nacional. Você fez a inscrição de forma virtual? Então está bom. Então você pode falar por três minutos, Luciana.

A SRA. LUCIANA MENDONÇA – Bom dia a todas e todos. Eu me inscrevi de forma virtual para participar desta audiência, tendo em vista a importância do assunto.

Gostaria de saudar a todos na pessoa do Vereador que puxou a audiência deste tema tão importante que vem sendo debatido há muito tempo, por nós, trabalhadores ambulantes, pelo fórum e por outros movimentos.

Precisamos fazer reformas superimportantes e necessárias para os trabalhadores poderem sobreviver, participando e integrando esse Tô Legal aí que não é legal para ninguém. Não sei para quem é legal esse Tô Legal.

Porque a queixa que nós temos acompanhado em todos os trabalhos de base que fazemos é que não está legal, que não tem espaço, que não renova, que é caro, que os espaços que existem são em lugares ociosos. Tem pessoas que não conseguem. Renovam por três meses e pagam os horários, dia, tarde, noite para poder trabalhar o dia inteiro. Os valores são excessivos.

A gente não sabe para onde vão esses valores, porque não são revertidos em política pública para os trabalhadores. São Paulo vive uma realidade muito triste, inclusive, pós-pandemia. Eu não sei como o Prefeito e os Parlamentares não conseguem ter esse olhar mais aprimorado. A gente vive uma recuperação da economia que é drástica na pós-pandemia, não só em São Paulo, mas no Brasil inteiro.

Falando do Brasil, porque sou pernambucana, de Recife, lá não é diferente a realidade dos trabalhadores ambulantes, ela se iguala ao resto do Brasil. Talvez até em algumas situações bem piores do que São Paulo. Acho que São Paulo ainda é o coração do Brasil, onde há a economia girando entre esses trabalhadores. Então, se a gente consegue ter essa economia girando, com esses trabalhadores, a gente precisa dar atenção, respeitar e tratar com dignidade esses trabalhadores, não tolhendo o direito de eles trabalharem quando precisam trabalhar. Não

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 10

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 7 DE 42

faz o mínimo sentido você trabalhar três meses num lugar e três meses em outro lugar, se você consolida ali uma clientela, se você consolida ali pessoas que conhecem seu trabalho.

Então, esta é uma contribuição que eu queria trazer para esta audiência. Fui pega de surpresa por ser a primeira, mas a gente não pode se recusar a falar o que a gente vive na pele. Eu sou ambulante há 25 anos. Então, eu sei muito bem o que é correr do “rapa”. Sei muito bem o que é não ter um lugar para trabalhar e sei muito bem o que é perder mercadoria para a Prefeitura.

Inclusive, sei que o tema é diferente, mas trago aqui a Operação Delegada e a campanha que nós estamos fazendo com o Fórum dos Ambulantes e outras entidades. É superimportante que todo mundo faça adesão a essa campanha, porque o que acontece no Estado de São Paulo é absurdo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. A próxima inscrita é a Sra. Ana Carolina Melo, assessora da Vereadora Janaina Paschoal.

A SRA. ANA CAROLINA MELO – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os participantes, os presentes – em especial, o Vereador Alessandro Guedes, que brilhantemente abriu este debate, que é de tamanha importância para todas as pessoas e para o município.

Na toada do tema de ambulantes, de pessoas que, eventualmente, estão na informalidade, eu tenho quatro questionamentos, na verdade, para o Secretário. Um deles é relativo ao tema da audiência e os outros três também são relevantes. Inclusive, a Vereadora gostaria de discutir com o Secretário.

O primeiro deles é a questão dos vendedores que ficam ali, ao redor da Praça da Liberdade. Eu não sei se aqui há algum representante das pessoas que ficam ali, ao redor da Praça da Liberdade, na Rua dos Estudantes, enfim, mas foi relatado que existe uma cobrança de diária para as pessoas poderem fazer o seu comércio ali, naquela região. Os relatos dizem que são 400 reais por dia, no final de semana, mas a pessoa é obrigada a fechar os dois dias,

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 8 DE 42

sábado e domingo. Então, seria ali uma cobrança mínima de 800 reais por final de semana. Então, eu gostaria de perguntar isso para o Secretário, informando, também, que a gente já fez um SEI, aqui, no dia 3 de abril. Inclusive, se eu puder, gostaria de deixar isso nas mãos do Secretário, pois até hoje ainda não houve resposta, infelizmente, em relação a esse assunto.

O segundo tema, Secretário, para o qual eu gostaria da sua atenção, seria a questão da fiscalização das calçadas, porque os Vereadores participam do Câmara na Rua, que é um projeto da Câmara que vai às populações mais distantes, e em todo programa Câmara na Rua existe questionamento acerca das calçadas. São Paulo é uma cidade muito rica. Então, como essa questão está sendo tratada pela municipalidade? A gente sabe que, num primeiro momento, a responsabilidade é do proprietário, mas, de toda forma, existem pessoas com deficiência e idosos que também precisam dessa atenção. Então, eu quero saber do Secretário se existe algum planejamento, algum projeto em andamento, na Secretaria ou na Prefeitura, em geral.

O terceiro ponto seria a questão do aterramento de fios. A Vereadora Janaina Paschoal esteve em reunião com o pessoal da Enel, em relação a essa questão do aterramento da fiação em São Paulo, porque isso causa danos nos carros. Causa danos em relação às árvores. Há a questão da poda. Também gostaria de perguntar se existe um planejamento em relação a isso.

Por último, há a questão do concurso dos fiscais de posturas, se as pessoas que foram classificadas serão chamadas, porque ainda faltam 366 pessoas a serem chamadas dentre os classificados.

É isso. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. O Sr. Francisco Marcos da Silva, da AP Micro, está? (Pausa) Sr. Nilson Correia dos Santos, está de forma virtual? (Pausa) Não. Sr. Felipe Fernandes Reis, está de forma virtual, também? (Pausa) Não. Sr. Paulo dos Santos Ramalho? (Pausa) Também não está.

Então, vamos aos presenciais. Sra. Erica Ferreira, dos ambulantes da República, tem até três minutos para as suas considerações, por favor.

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 9 DE 42

A SRA. ERICA FERREIRA – Bom dia a todos. Eu me chamo Erica. Falo em nome de alguns ambulantes do bolsão da República.

A nossa queixa, lá, hoje, é que nós sempre trabalhamos nessa área da República – antigamente como auxiliares e, hoje, nós estamos com o Tô Legal. Porém, essa área em que a gente trabalha é toda bloqueada. A gente vem correndo, desde o ano passado, para tentar a liberação desses endereços, mas, aí, um joga para o outro. A última vez em que eu consegui falar com o Coronel Genivaldo, ele pediu que a gente procurasse o Cobra, pois somente ele poderia nos ajudar.

Os endereços que hoje o Tô Legal joga para a gente são em cima de viadutos, em ruas desertas, em becos sem saída, e são bancas isoladas. Nós, como ambulantes, sabemos que um ambulante precisa do outro, porque, para eu usar o banheiro, eu preciso que alguém olhe minha banca, pois a gente trabalha só. Nós não temos condições de pagar pessoas para trabalhar para a gente. Então, a gente precisa ter um ambulante próximo do outro, para isso. Eu sou mãe solo. Às vezes, eu preciso levar o meu filho para a minha banca, porque ele não tem aula na escola e eu não tenho com quem deixar. Então, eu preciso levá-lo para trabalhar comigo. Se eu estiver num lugar ermo, sozinha, como é que eu vou fazer para trabalhar e ainda cuidar dessa criança? A gente sabe, como mãe, que é bem difícil.

Então, a nossa maior queixa é essa. Por que não liberar essas áreas em que hoje já há os TPUs? Uns já faleceram e outros pediram transferência para a 25 ou para outras áreas. A gente, que sempre trabalhou ali, como auxiliar, anteriormente, e hoje como Tô Legal, não pode ficar ali. É essa a questão maior. Eu acho que é um pouco questão de, às vezes, haver uma...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. ERICA FERREIRA – Crispiniano, Marconi, Dom José de Barros e Barão de Itapetininga. É um bolsão já bem antigo de vendas. Antigamente, era bem cheio de TPUs, mas hoje já são poucos. Pelo menos, na rua em que eu trabalho só há três TPUs e, assim mesmo, eles já estão bem mais para lá do que para cá. Provavelmente, futuramente, esses auxiliares também serão Tô Legal. Eu sempre bato nessa tecla, que as pessoas brigam, ficam tentando

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 10 DE 42

criar uma rivalidade entre Tô Legal e TPU, mas o TPU de hoje vai ser o Tô Legal de amanhã, porque os permissionários são pessoas idosas e deficientes. Então, eles já sabem o que acontece. Então, não há porquê.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sra. Erica. O próximo inscrito é o Sr. Otavio Anisio, do gabinete do Deputado Maurici. Tem até três minutos, Sr. Otavio, para suas considerações.

O SR. OTAVIO ANISIO – Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar o Vereador pela iniciativa. Cumprimento o meu companheiro Dito, do Fórum dos Ambulantes.

Eu quero dividir minha fala em duas questões. A primeira é que não há como não associar, Secretário, a violência praticada pela Operação Delegada à inércia e ineficiência do Tô Legal. Por que eu estou dizendo isso? Porque o Tô Legal, se foi bom para alguém, deve ter sido para o comerciante, se a gente pensa que uma proposta é boa para a cidade quando todos os envolvidos têm de acreditar que é bom.

Eu estou dizendo isso porque, como foi dito pela minha companheira, que falou primeiramente, o Tô Legal não atende à demanda da cidade. Ele não atende à demanda da cidade, porque uma cidade como São Paulo não pode ser pensada com um TPU, ou comercializar na rua só por três meses. Seja num momento de crise – como nós vivemos num governo passado –, seja num momento como esse, em que a economia melhora, e que as pessoas também continuam trabalhando na rua.

Então, a cidade de São Paulo precisa ser pensada como uma geradora de oportunidades, como prestadora de serviço. E eu digo que isso culmina em violência, associa-se com a violência da Operação Delegada, porque tensiona na rua. Então, eu também faço um apelo aqui que se reveja a política da Operação Delegada. O que a gente tem visto todos os dias aqui é um massacre desses trabalhadores, de pessoas que estão querendo trabalhar. São Paulo não pode tolerar isso. Uma cidade com a magnitude que São Paulo tem não pode permitir que as pessoas sejam tratadas da maneira com que estão sendo tratadas.

Então, acho que tem que ser repensada a questão do Tô Legal, porque nós temos uma lei, a Lei nº 11.039. Ela, se forem feitas algumas adaptações nela, funciona perfeitamente bem, porque o Tô Legal acabou com o que de mais importante tinha na legislação, que eram as câmaras setoriais, em que a comunidade discutia em seus bairros e centros comerciais, com a população – as CPAs.

Então, discutia-se com o comércio, com os ambulantes, com a comunidade local onde podia, onde não podia. Facilitava a vida, integrava as pessoas, inclusive dava mais segurança para as pessoas. O que a gente vive nesta cidade hoje é um total clima de insegurança, seja pela violência do nosso cotidiano, do dia a dia, seja hoje pela Polícia Militar fazendo a fiscalização em ações que a gente acha que tinha que ser civis praticando isso. Tem cenas aí, os senhores devem estar acompanhando isso, de um tal de Coronel, não me lembro o nome dele aqui, se alguém puder me dizer aqui, ele tem sacado a arma para as pessoas na rua. Então, com a tragédia que aconteceu, que nós já vimos, que foi com o senegalês, nós podemos viver isso de novo.

Para concluir, eu gostaria muito, fraternalmente, que se repense a questão do Tô Legal, para que a gente possa ter uma política de fato para legalização e organização do comércio ambulante na cidade. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. Próximo inscrito, Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Queria saudar todas e todos. Queria saudar o Sr. Secretário, o Vereador Alessandro Guedes, que conseguiu aprovar esta audiência que está acontecendo; e a Vereadora Sandra que está dirigindo os trabalhos. Quero cumprimentar toda a Mesa; o Dito, que é um batalhador dos ambulantes há anos, representou no fórum; as assessoras do Secretário.

Primeiro, Secretário, uma coisa que eu acho que tem que ficar - pelo menos na minha cabeça - bem definida é a cidade ilegal. E aí não estou falando só de ambulantes. Podemos falar de habitação, de outras questões. Só incentiva a corrupção. A quantidade de ambulantes que

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 12 DE 42

vem ao nosso gabinete falando que tem que pagar propina é uma coisa impressionante. O pior é que, quando a gente chega para eles para falar assim: “Ah, mas você não quer entrar na justiça?” As pessoas têm medo de entrar.

Mas o que estou falando aqui não é novidade. Isso é recorrente, a sociedade sabe disso. A gente vai em qualquer bairro, falam assim: “Ah, tem ambulante ali. Ah, pagam propina, porque se não pagar propina não funciona. ”

Então, ter um decreto e tornar legal, eu acho que o melhor dos mundos, porque eles saem da insegurança. E não é só insegurança, é uma tortura psicológica. É, de repente, ter seus produtos apreendidos e muitas vezes nem conseguir recuperar. É infelizmente na ilegalidade que a polícia entende que pode se fazer qualquer coisa com gente ilegal. E isso não é só no Brasil, é no mundo inteiro. Tratam os imigrantes, por exemplo, na Europa, como cidadãos de quinta categoria, porque estão na ilegalidade, em sua grande maioria.

Então, infelizmente, é uma cultura das polícias – e eu estou falando das polícias, tanto da Polícia Militar, como também da GCM – de que pessoas na ilegalidade são de quinta categoria, as quais posso tratar com agressividade, posso apreender mercadoria e nem falar os trâmites que elas têm que fazer para recuperá-la. Então, o Estado, que deveria proteger as pessoas, é o Estado que vai lá e massacra a população, massacra o direito das pessoas.

Então, quando falo isso, acho que há duas coisas que quero deixar aqui forte: uma, tem que legalizar o quanto antes; outra, eu acho que tem que sair daqui já um sinal para as polícias, que têm que tratar diferentemente. As pessoas estão trabalhando, as pessoas não são pessoas fora da lei no sentido de ladronas, bandidas. Não. São pessoas que querem levar o alimento para sua casa. Então, essas pessoas têm que ser tratadas de forma diferente pelo Poder Público, pelas instituições das polícias.

E acho que isso tem que ser uma determinação de governo, de passar isso para os governos. Não se pode estar numa sociedade onde apreender a mercadoria valha mais do que a vida de uma pessoa. Se a mercadoria valer mais que uma vida – falo enquanto projeto de sociedade, de humanidade –, nós já falhamos. Falhamos porque, quando um policial acha que

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 16

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 13 DE 42

tem que aprender a todo o custo o mercado da pessoa e chega a tirar a vida daquela pessoa, algo está muito errado na nossa sociedade.

E a gente, como agente público – estou falando de Câmara Municipal, de Governo –, a gente tem que atuar para que isso não aconteça. E eu acho que as ideias devem ser dadas por eles, já que quem vive o dia a dia pode dar ideias muito melhores do que eu para esse decreto. Então, eu não vou falar sobre isso. Por isso, vim falar duas coisas aqui, que eu quero ressaltar: a questão da vida das pessoas, da dignidade, e que as polícias têm que tratar isso com dignidade; e a questão da legalidade o quanto antes. Porque tem anos que eles estão vivendo nessa correria de um lado para o outro, e ficam três meses de um lado. “Ah, vamos dar a eles lugares que não têm quase passagem de pedestre, que eles não vão vender nada.” Mas as taxas vêm e as taxas são altas.

O Secretário está aqui e estou aqui acreditando que a gente vai conseguir chegar no bem comum, que é regularizar a vida dessas pessoas e para eles terem o direito ao trabalho. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Vereador Professor Toninho Vespoli. Próximo inscrito, Josival Felicio de Oliveira. Josival, você tem até três minutos. Josival é assessor do gabinete do Vereador Alessandro Guedes.

O SR. JOSIVAL FELICIO DE OLIVEIRA – Bom dia a todos e bom dia a todas. Bom dia à Mesa. Sou assessor do Alessandro há muito tempo, moramos no mesmo bairro, saímos de lá para fazer o nosso trabalho na cidade e hoje eu sou os olhos do Vereador lá no bairro, como muitos dos companheiros que lá se encontram.

A gente é muito procurado com essa questão do problema do Tô Legal. É muito recorrente isso. A fala é pertinente a muitas falas aqui, a situação de, a cada três meses, ter de mudar de ambiente, de espaço de trabalho. As pessoas nos procuram justamente por causa da arbitrariedade. E eu acho que isso acontece em toda a cidade de São Paulo. Então, a gente fala por Itaquera, porque é o bairro onde a gente reside, a gente mora e a gente atua.

Queria fazer uma sugestão ao Secretário, aproveitando essa oportunidade: de mudar

o nome de Tô Legal para Tô Cigano, porque quem trabalha lá na região parece que virou cigano. Não consegue trabalhar num local adequado. A pessoa está há 15, 20 anos trabalhando numa região e ela quer se legalizar. Ela vai lá, faz a documentação, faz o Tô Legal e, daqui a pouco, ela tem que ficar mudando de lugar em lugar. Isso é muito ruim, porque eles bloqueiam a calçada, bloqueiam o espaço de trabalho das pessoas. As pessoas com a maior boa vontade vão ao sistema tentando se atualizar, se legalizar ali e não conseguem.

Tem pessoas que trabalham há 20 anos e ficam três, quatro meses sem trabalhar porque não conseguem acessar o sistema para poder liberar o seu documento para trabalhar. Isso é muito ruim.

Um pai de família recentemente falou: “Poxa, esse é meu ganha-pão. Eu trabalho neste ponto há 20 anos. Eu estou há três meses tentando trabalhar e não consigo. Eu vou meter as caras e se alguém vir aqui para pôr a mão na minha mercadoria, eu sou capaz até de matar um fiscal desse para poder trabalhar.”

Então, é muito ruim a gente ter que ouvir essas falas dentro da sua região. A gente tenta ajudar, a gente faz a assessoria junto à Prefeitura, consegue resolver alguns casos, mas está difícil, porque as pessoas estão reclamando que está cada vez mais impossível trabalhar e garantir o pão da família. Estamos vendo pais de família chorando, falando que estão passando necessidade porque não conseguem mais trabalhar. Foi dito em muitas falas aqui que é pai de família que está lá tentando levar o pão para a sua família e a Prefeitura está dificultando a vida do trabalhador, bloqueando a calçada, bloqueando o sistema e o cara não consegue se legalizar para trabalhar.

Então, eu acho que isso está acontecendo na cidade inteira. Esse Programa tem que ser revisto, mas a favor do trabalhador, não a favor da Prefeitura e não a favor do sistema. E sem falar da violência, porque quando o policial vai lá a mando da Prefeitura, porque a Prefeitura que faz a Operação, ele vai com truculência. E a gente sabe de muitos casos, o próprio Vereador citou, tem que pagar propina para trabalhar, isso é difícil, é covardia. O cara além de não poder trabalhar, ainda tem que pagar propina para trabalhar.

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 15 DE 42

Então, tem que ser revisto todo esse Programa e mudar o nome de Tô Legal para Tô Cigano, porque da forma que está não dá para continuar. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. Próximo inscrito, Carlos André de Lemos Santos. Carlos, você tem até três minutos para suas considerações.

O SR. CARLOS ANDRÉ DE LEMOS SANTOS – Bom dia a todos, que Deus abençoe a todos e faça justiça por nós, em nome do Senhor Jesus, em primeiro lugar. Eu estou muito feliz, muito contente, quase chorei ali de tanta alegria dentro do meu coração.

Eu trabalho na região do Bom Retiro, na Rua José Paulino, há 20 anos vendo milho, e, há um ano e seis meses, pago o Tô Legal, está aqui toda a documentação em duas pastas. Eu comecei a trabalhar na José Paulino e fui tirar o documento para trabalhar, o Tô Legal, fiquei muito feliz com esse Tô Legal, muito contente, que Deus abençoe a todos. E comecei a trabalhar na rua lateral, Silva Pinto, Aimorés, Carmo Cintra, quem conhece aqui o Bom Retiro. E foi passando seis meses, aí nos jogaram para trás, eu ia lá renovar a documentação, não conseguia trabalhar, aí fui para trás, aí hoje eu consegui na Aimorés, só faltam cinco dias.

A minha mulher tem uma carroça de milho também, na Rua Professor Cesare Lombroso, tem dois meses para ainda valer o documento. E eu estou vendo, cada mês que passa, estão nos colocando para baixo, e onde passa o principal, que eu trabalhava na José Paulino, ou pelo menos nas laterais, eu não consigo mais trabalhar. Que possam as autoridades que têm competência, que estão aqui, que eles trabalhem por nós, lembrem da gente. Eu pago aluguel, a situação não é fácil, está bom?

Deus abençoe a todos, somente isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Carlos. Próximo, Kítalo Inácio Lopes, do Terminal Cidade Tiradentes. Seu nome é bem diferente, Kítalo, a gente conhece Kito, Ítalo, mas Kítalo, você é o primeiro, muito bom. Você tem até três minutos para suas considerações.

O SR. KÍTALO INÁCIO LOPES – Tudo bem, pessoal? Um bom dia a todos e todas. Primeiro, quero agradecer a presença de todos e todas presentes nesta Casa, um dia frio em

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 19

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 16 DE 42

São Paulo, gelado, chuvoso, e estamos todos aqui em uma só luta, que é a luta pela dignidade dos trabalhadores e trabalhadoras dessa cidade.

Quero agradecer muito ao Vereador Alessandro Guedes por sempre levantar essa bandeira dos trabalhadores e trabalhadoras desta cidade e, em especial, os ambulantes. Represento bastante o pessoal da Cidade Tiradentes, é um prazer imenso estar representando vocês, estar trazendo essa luta para esta Casa, que eu tenho certeza convicta de que a gente vai resolver o direito das trabalhadoras e dos trabalhadores.

Lembrando, eu quero deixar muito bem claro isso para o Secretário, para a Sandra também, que está sempre nos acompanhando lá na CCJ, que esta audiência pública é uma questão de conciliação. É isso que a gente quer: levar o direito dos trabalhadores e trabalhadoras ao Poder Público, para que a gente possa ter essa conciliação. E ambas as partes possam sorrir, principalmente os trabalhadores que são os que mais sofrem nesta cidade.

Então, de todo o meu coração, eu espero que realmente esta audiência pública saia com um resultado extremamente positivo. Não vim fazer crítica nenhuma; pelo contrário, vim aqui para que a gente possa se sentar, conciliar democraticamente. E que a gente consiga levar o resultado tão esperado a essas pessoas que sofrem bastante, hoje, na cidade de São Paulo.

Eu acompanho bastante o pessoal da Cidade Tiradentes, hoje, eles têm uma dificuldade muito grande de conseguir ter acesso ao Programa Tô Legal. O pessoal não se opõe a pagar, contanto que seja um valor justo. A gente tem a referência do TPU, um programa que sempre funcionou. Lembro-me que a gente fazia a renovação do TPU, era uma vez por ano, era um valor simbólico. Eu acho que a gente deveria repensar isso daí, o pessoal tem muita dificuldade em ter os dias para trabalhar.

Muitas pessoas, como nossas colegas e nossos colegas falaram, tem gente que tem 15 anos, Secretário, no mesmo ponto, no mesmo local, as pessoas conhecem eles por estarem durante esse período. Não seria justo você ter 30 dias para trabalhar num ponto, e daqui 30 dias vem um pessoal lá de Itaquera, de outro lugar, trabalhar num local que a pessoa está ali há mais de 15, 20 anos. Eu acho que teria que repensar essa política pública voltada a esses

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 17 DE 42

trabalhadores que são o braço, que são a engrenagem que funciona nesta cidade. Então, hoje, eu vim trazer esse pedido de conciliação.

Queria reforçar também, até tirar uma dúvida com o Secretário, a gente analisando e buscando, chegou até a gente a questão de uma comissão paritária. Não sei se tem essa comissão referente a isso, que define como funciona a política dos ambulantes na cidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Finalizando.

O SR. KÍTALO INÁCIO LOPES – Que define a política dos comerciantes e, infelizmente, foi descoberto por mim que não tem um representante da classe trabalhadora, dos ambulantes. Hoje, a gente sabe que tem da Secretaria, da Prefeitura, se não me engano, da Operação Delegada, que é da PM, e não tem o representante dos ambulantes. Eu acho que seria interessante ter alguém para defender os direitos.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. Vou voltar aqui e chamar o Dr. Benedito Roberto Barbosa, o senhor tem até três minutos para as suas considerações.

O SR. BENEDITO ROBERTO BARBOSA – Em primeiro lugar, queria saudar o Vereador Alessandro Guedes por ter convocado esta audiência pública; a Vereadora Sandra Santana; e toda a Secretaria. E é muito raro também, nós fizemos várias audiências públicas em momentos passados, e o Secretário nunca aparecia. É muito importante, hoje, a presença do Secretário, o Fabricio, para dialogar conosco.

A primeira coisa que eu queria propor, porque como na audiência pública o tempo é muito curto, e depois da discussão faz a audiência. E depois é muito difícil que a gente possa retomar, queria propor à Mesa que a gente pudesse constituir uma comissão conjunta de representação dos trabalhadores ambulantes, dos Vereadores e Vereadoras presentes, e a Secretaria, para que a gente possa discutir toda a política do Programa, tanto o Tô Legal e a política para os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo. Acho que uma comissão permanente urgente, para que a gente possa trabalhar juntos sobre o Programa, avaliar o que é positivo, o que é negativo, ver as questões onde podemos avançar.

Tem proposta aqui na Câmara Municipal de dois projetos de lei, inclusive, de revisão da Lei nº 11.039, que é muito importante também, ampliar o processo de participação, retomar a questão da CPA na cidade, porque a Lei nº 11.039, de 1991, não é cumprida, não tem Comissão Permanente de Ambulantes funcionando na cidade, só a Subprefeitura do Jabaquara que tem uma CPA funcionando. E a gente soube agora, recentemente, por causa, inclusive, do evento traumático, trágico, que aconteceu em função da Operação Delegada, no dia 11 de abril, com a morte do Ngange Mbaye, que a Subprefeitura Mooca vai formar uma Comissão Permanente de Ambulantes. Mas não pode ser em função de uma tragédia, tem que ser uma política permanente.

A outra questão, que é um absurdo gastar 500 milhões de reais por ano, 41 milhões de reais por mês, com a Operação Delegada, quando a gente poderia fazer uma política mais justa, organizada, para os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo. A violência da Operação Delegada é inaceitável, injustificável, por isso que nós estamos nessa campanha pelo fim da Operação Delegada na cidade de São Paulo.

Outra questão é em relação ao Tô Legal. Já chegaram várias reclamações, o programa é caro, porque os trabalhadores ambulantes não conseguem pagar quase mil reais a cada 30 dias para poder trabalhar dentro do Programa Tô Legal e têm que mudar, de três em três meses, ficar numa situação precária, porque não conseguem trabalhar.

Então, a revisão integral do Programa Tô Legal é urgente, estabelecer um diálogo com os trabalhadores ambulantes permanentemente. Não conseguimos falar com os coordenadores do programa, é muito difícil conseguir falar com a Tina, que é a coordenadora. Nem sei se ela está mais à frente do programa, porque é difícil conseguirmos esse diálogo. E estabelecer uma agenda, em que possamos rever todo o programa para os trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo.

O fim da violência policial pela Operação Delegada: é urgente um processo de articulação e fazer uma discussão com a Câmara Municipal de São Paulo, com os Vereadores e Vereadoras e a própria Prefeitura; porque, se não houver também o apoio do Governo, os

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
 NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 22

REUNIÃO: **21211** DATA: **24/06/2025** FL: **19** DE 42

projetos de lei que estão revendo essas questões não são aprovados na Câmara; então, é um diálogo permanente.

Então, eu acho que uma comissão com as representações dos trabalhadores, a Câmara Municipal e a própria Secretaria de Subprefeituras para rever toda essa questão dos trabalhadores ambulantes na cidade de São Paulo é fundamental.

Por último, hoje está sendo feito na cidade de São Paulo pelo DIEESE um levantamento do perfil dos trabalhadores ambulantes. E é fundamental o apoio da Secretaria de Direitos Humanos e das emendas parlamentares. Também é fundamental que haja apoio da Secretaria de Subprefeituras e das Subprefeituras para que esse mapeamento possa ser feito com o DIEESE.

Fim da Operação Delegada. Viva os trabalhadores ambulantes da cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Dr. Benedito. Próximo orador inscrito é o Sr. Fernando José Cícero Maximílio, que tem até três minutos para as suas considerações, por favor.

O SR. FERNANDO JOSÉ CÍCERO MAXIMILIO – Boa tarde, companheiros e companheiras. Agradeço esta audiência pública ao nosso Vereador, que está se comovendo pelo nosso sofrimento como camelô.

Só tem uma condição de acabar com essa Operação Delegada: os Vereadores derrubando essa porcaria que o Prefeito criou na cidade de São Paulo, que está massacrando o trabalhador, matando o trabalhador, roubando o trabalhador, porque o que a polícia está fazendo é roubo. Estão abrindo os carros dos pais de família que estão fechados, obrigando-os a abrir os carros, e quando o dono não está, até a própria Polícia quer guinchar os carros para abrir e tirar a mercadoria. Isso é roubo. Então, todos os Vereadores têm que rever essa porcaria que eles assinaram – com algumas exceções - e derrubá-la, que só assim conseguem acabar com a Operação Delegada.

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 20 DE 42

O Prefeito criou e os Vereadores assinaram a portaria. Ninguém vai derrubar essa portaria se não os Vereadores. Só eles que podem fazer isso, os que assinaram podem rever isso.

A Operação Delegada não precisa ser criada para tomar conta de camelô. Ou melhor, matar e roubar camelô. A Operação Delegada pode existir para combater o crime nos bairros, para esses roubos de celular que estão acontecendo, para isso; porque os camelôs, onde existe roubo, nós mesmos pegamos o ladrão no pau. Se a polícia chegar. Se ela não chegar, nós matamos o ladrão. Então, nós não precisamos de Operação Delegada para estar no nosso meio, porque não estão nos protegendo na Operação Delegada, estão fazendo pior do que o que fazem com bandido, junto com este Prefeito que está no poder.

Então, Srs. Vereadores, quem assinou essa portaria tem que rever isso para acabar com essa Operação Delegada. Se não quiser acabar, mude a Operação Delegada para tomar conta dos bandidos, dos ladrões, e não do trabalhador.

Referente ao Tô Legal, isso não existe. É muito fácil chegar uma associação, e não vou falar nome, que legaliza você no Tô Legal, pagando para a associação. É isso que acontece em São Paulo. Então, gente, vamos rever o Tô Legal e, mais uma vez, os Vereadores revejam essa Operação Delegada. Como os Vereadores assinaram essa portaria, acabem com isso. Só os Vereadores que podem dar fim nessa Operação Delegada.

Obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. Lembrando que as inscrições já estão encerradas. Nós ainda temos nove pessoas para se manifestar e temos que dar tempo também ao Sr. Secretário para fazer as considerações dele.

Convido o Sr. Paulo Sergio Alves Neves, que tem até três minutos para fazer suas considerações.

O SR. PAULO SERGIO ALVES NEVES – Bom dia a todos. Sr. Alessandro Guedes, Sra. Presidente e Secretário.

Saiu no *Diário Oficial* e, desde 2009, estou pagando e já pagamos tudo na Prefeitura,

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 21 DE 42

inclusive 3 mil reais que me deram da Subprefeitura da Cidade Tiradentes. Eu sou do comércio da Cidade Tiradentes e eu peço para o senhor, por favor, que olhe para essa permissão que eu tenho, o TPU, porque a Prefeitura não libera para a gente, eles cancelaram o meu TPU e a gente não pode trabalhar. O Sargento Sanches e o Cabo Bartolomeu não deixaram a gente trabalhar.

Estou ouvindo o Alessandro Guedes e outras pessoas da Prefeitura, como o Caio, do gabinete da Prefeitura, mas está aqui: “Cancelado”. E a gente paga tudo. Está aqui, tudo oficial, e a gente não pode trabalhar. Eu falei para ele, que me disse que o senhor vai legalizar o TPU, porque eles não podem.

Por que não podem? Ele é da Prefeitura e pode. Mas eles dizem que não podem, porque não querem. O Vagner disse para minha mulher e eu que a gente deveria ter CNPJ e CCM, eles me deram esses papéis, e a gente não pode trabalhar. A gente entra com recurso, recurso, recurso, como está aqui, e eles não quiseram saber. O fiscal Alfredo, que manda lá, disse: “Olha, você está proibido de trabalhar”. O Cabo e o Sargento Sanches não querem a gente trabalhando na região da Tiradentes.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Sr. Paulo, obrigada. Vou sugerir ao Secretário Fabricio Cobra que alguém da sua equipe, antes de terminar a audiência, possa falar porque é um caso específico. Obrigada.

Tome uma aguinha. Dê água para ele, Hugo. Fique calmo. A gente está aqui para ouvir e buscar juntos a solução.

Próximo inscrito, Francenildo da Silva, que tem até três minutos para as suas considerações.

O SR. FRANCENILDO DA SILVA – Bom dia a todos.

Eu estou aqui para falar sobre o Tô Legal também, porque a gente não consegue entrar no sistema para tirar, vai lá faltando dias. Hoje, dia 24, eu só tenho o direito de trabalhar no dia 29. Depois, dia 29, vai pular para o dia 6; dia 6 pula para o dia 12. Como que eu consigo trabalhar desse jeito?

Não sou contra a Operação Delegada. Se a gente tem um papel na mão, eles olham,

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 22 DE 42

vão embora. Eles não vão agredir ninguém se a gente tem o papel na mão. Mas o problema é este: não tem espaço. É o sistema, mas não tem espaço, não sai. O sistema está bloqueado. Entendeu? A gente precisa disso aqui. Entrar no sistema e sair. Está tudo falho, Secretário. Preciso trabalhar. E como que eu vou trabalhar desse jeito? Como eu vou botar minhas contas em dia? Está tudo falhado. Vocês precisam ver. Faça o favor. Tudo falhado. Do dia 12 pulou para o dia 22. E aí esses dias eu vou fazer o quê?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Qual é a sua região, Francenildo?

O SR. FRANCENILDO DA SILVA – Cidade Tiradentes.

Quando eu não vou trabalhar, está vago lá. O sistema fechado. O espaço está tudo escuro.

Então, eu queria falar só sobre isso, entendeu? E outras pessoas estão no mesmo sistema. O pessoal aqui está do mesmo jeito, os colegas lá da Cidade Tiradentes, os meus companheiros estão com o sistema igual. E aí? O que é que podem fazer por nós?

Obrigado, é só isso. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

Chamo o Sr. Antonio Manoel Pedreira, Presidente do Sindicato Nacional das Microempresas. Bom dia, o Sr. tem até três minutos para as suas considerações, por favor.

O SR. ANTONIO MANOEL PEDREIRA – Bom dia a todos.

Queria falar com os Vereadores aqui hoje. Queria falar com o Secretário Fabricio Cobra.

O Tô Legal, para quem não sabe, está no artigo 114, inciso V, da Lei Orgânica do Município, que dá o poder para o Prefeito ceder o espaço para vocês trabalharem.

Mas, infelizmente, esta Casa que deveria fiscalizar não fiscaliza. Esta Casa, com estes Vereadores, faz as leis e não fiscaliza. Temos ordem judicial. Vou passar ao Secretário, aos Vereadores que não sabem. Temos ordem judicial de 2000, o Ministério Público contra a Prefeitura de São Paulo, um acordo entre o Ministério Público, Prefeitura e sindicato para dar espaço para vocês trabalharem. Mas essa ordem judicial não é cumprida. Quem tem que fazer

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 23 DE 42

cumprir essa lei? Esta Casa.

Temos um montão de coisa. Fala -se em corrupção. Talvez o Secretário que assumiu faz uns três ou quatro meses não saiba de tudo o que está acontecendo na Subprefeitura.

Temos a Lei nº 11.039, dos Ambulantes; temos o Decreto nº 42.600/02, que a ex-Prefeita Martha Suplicy fez. Essas leis não são cumpridas. Temos decisão judicial da 5ª Vara da Fazenda Pública de 2013. A Liderança Sindical e vocês lutaram para poder ser cumprida essa lei, essa ordem judicial veio do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos e a Defensoria Pública que manda formar a Comissão Permanente Ambulante nas 32 Subprefeituras e não são feitas.

Agora, eu ouvi o Sr. Dito falar aqui que Jabaquara e Mooca vão formar, então, tem que ser nas 32 Subprefeituras. Não se faz. (Palmas) E esta Casa não faz.

Ontem, eu passei na reunião com o Vereador que estava aqui essa ordem judicial para que o jurídico dele analisasse as ordens judiciais. Eu passei para eles porque precisam ver porque é que essa ordem judicial não é cumprida.

Fabricio Cobra, é gozado que a Juíza da 5ª Vara da Fazenda Pública anulou todas as Portarias que a Prefeitura fez para prejudicar os ambulantes. Mas, em 2023, o ex-Secretário da Coordenação da Subprefeitura, Alexandre Modonezi, fez uma Portaria proibindo a emissão de novos documentos. Os Srs. Vereadores não sabem disso.

De 23 de setembro de 2023 até 31 de dezembro 2024, estava proibida a emissão de documentos. Eu mandei ofício para ele falando que aquela Portaria era inconstitucional para ele responder. Eles não respondem, ficam quietos, eles não responderam, mas eu avisei o Ministério Público sobre essa situação. Então, se existe ordem judicial que fala que você pode trabalhar, que é para abrir os lugares em São Paulo, para quem? Para a liderança que é velha? No tempo do PT, da Martha Suplicy, tinham 17. Hoje, temos, na área da Sé, 700 ambulantes. Então, tem espaço. O problema é a corrupção que é demais. É muita corrupção.

Então, não se abre espaço, se abre espaço com 30 a 40, 50, 60 mil. Esses espaços são vendidos. Será que o Secretário não está sabendo dessa situação que está acontecendo na

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 24 DE 42

área da Sé? Nós precisamos rever essa situação.

Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

O próximo inscrito é o Sr. José Pedro dos Santos Neto, do Fórum dos Ambulantes de São Paulo. José Pedro, você tem até três minutos para as suas considerações.

O SR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS NETO – Bom dia. Saudação fraterna a todos. Quero agradecer ao Vereador que propôs esta audiência; a Presidente da Mesa, que é outra Vereadora; o Secretário que veio, porque faz dois anos que a gente busca em audiências públicas e na própria Prefeitura e não consegue conversar com ninguém, a não ser com o clero lá de baixo. Ninguém ouve a gente. Assim, já é um avanço, nesse sentido.

A primeira coisa a dizer aos Vereadores é que o Fórum dos Ambulantes tem um manifesto para o fim da Operação Delegada, principalmente, no que se trata a violência com os ambulantes.

Isso a gente pede, inclusive, que, se estiver de acordo, assine. Através também do nosso pedido, tem um pedido na Casa de uma CPI sobre a Operação Delegada, porque, se tem uma coisa que unifica todos os ambulantes de São Paulo, é a violência da Polícia Militar.

Ontem, na Rua 25 de Março, um policial chutou uma idosa no chão. O caso dela, de ontem para cá, está com 57 mil visualizações. Só para você ver, o pessoal que está curtindo é porque está mostrando que isso é absurdo demais. A Operação Delegada é a coisa que unifica todos os ambulantes.

Em São Paulo já é lei, a lei do TPU. O negócio é que ele não funciona. Ele parou de ser emitido. O Tô Legal, já disseram das deficiências, e o companheiro trouxe mais uma, mas, lá no Brás, há pessoas que têm o Tô Legal, quando apresentam, mesmo assim, eles levam as mercadorias das pessoas.

Eu não estou jogando pedra no ar, não. É porque aqui o tempo é pequeno, mas eles levam. Nós temos vários: tem pessoal das frutas, tem o pessoal que vende guarda-chuva, com quem isso acontece.

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 25 DE 42

Acho que o encaminhamento prático daqui era ter uma Comissão, que foi o que o Dr. Dito propôs aqui: uma comissão para ver qual é o gargalo, para conversar conosco, porque nós não conseguimos dialogar.

Quando você vai, por exemplo, à Mooca, o Subprefeito da Mooca manda a gente ir trabalhar como CLT. É isso o que ele diz. É um destratamento. Ele trata a gente como lixo. Disse que tem que fazer uma limpeza na região da Mooca. Por isso que a gente está contra a Operação Delegada, porque a Operação Delegada oprime, bate, mata, assassina os trabalhadores e isso é diário para a gente.

Acho que a coisa básica desta audiência, se saísse daqui uma comissão com representação do Fórum dos Ambulantes, de Vereador e conversar com o Secretário com calma, eu acho que a gente começa a buscar um caminho para achar as soluções.

Porque não é nem questão de ler a lei. Nós já temos a lei das comissões permanentes, já existe, já é lei, não está sendo cumprida assim. É nessa direção que eu espero que esta audiência dê esse sinal para a gente, está certo?

Obrigado. Fiquem na paz.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada.

Próximo orador inscrito, Rogério Lima, do Movimento Brás.

Obrigada, Rogério, você tem até três minutos para suas considerações.

O SR. ROGÉRIO LIMA – Bom dia a todos e todas. Quero saudar a Mesa. Parabenizar o Vereador Alessandro Guedes por esta audiência pública, agradecer a presença do Secretário Fabricio Cobra, da Vereadora Sandra Santana e falar para vocês a primeira situação aqui.

A gente está falando de uma situação que é séria na cidade de São Paulo. São pessoas que dependem do direito ao trabalho para sobreviver, para garantir o seu pão de cada dia.

A gente não está falando, Secretário, de ambulante. A gente está falando de empreendedores urbanos. As pessoas que movimentam a economia da cidade de São Paulo,

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 26 DE 42

que comprem tecido, levam para as costureiras no Capão Redondo, da Cidade Tiradentes, para costurar e vender no Centro.

Aquelas pessoas que vendem água mineral, que distribuem e vendem água mineral Lindoya, as pessoas que vendem chocolate, que distribuem o chocolate na cidade de São Paulo, vendem para a Nestlé e garantem a riqueza das grandes indústrias. A Ambev depende desses pequenos empreendedores.

Então, o Tô Legal, infelizmente, é uma situação que não está funcionando na cidade de São Paulo. Eu tenho que parabenizar a gestão passada porque teve uma interlocução com o Prefeito Bruno Covas. A interlocução que não tem hoje com esta gestão.

Eu conheço e parabenizo o Secretário Fabricio Cobra desde a época que ele era Secretário da Casa Civil, porque ele sempre dialogou, escutou todos os trabalhadores e ajudou também. Então a gente faz um apelo para ter renovação de novos TPUs, porque a Secretaria tem condições de fazer essa liberação, porque morreram muitas pessoas.

Eu fui criado na cidade, no Centro da cidade, na Praça Ramos. Fui criado debaixo de uma barraca. Minha mãe trabalhou em frente ao Mappin que quebrou e a gente continuou comercializando nossos produtos. Então essas pessoas que trabalham são pessoas trabalhadoras e têm que ter dignidade, têm que ter o direito de trabalho garantido.

Eu vou falar para vocês, meus amigos, são tragédias anunciadas. O que aconteceu com aquele senegalês já estava anunciado. Gente, Secretário, está indo a tropa de choque para fiscalizar o trabalhador ambulante de uma forma truculenta. Isso é inadmissível. Tem que garantir a integridade física do fiscal, sim, mas não com a tropa de choque. Ninguém aqui trabalha com fuzil, com revólver. A barraca é o máximo que ele usa como a arma de trabalho, ou um guarda-chuva para ele suportar o sol e a chuva.

Então, Secretário, a gente pede num apelo para ter liberação de novos TPUs. E aqui nesta Casa de Leis eu apelo também para todos os Vereadores que renovem a Lei do Comércio Ambulante, que façam uma lei que contemple todos os trabalhadores de Santo Amaro, de Cidade Tiradentes, do Capão Redondo, do Largo da Batata, do Brás, da 25 de Março. A gente não pode

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 27 DE 42

ficar dessa forma que a gente está. As pessoas estão sofrendo, Secretário.

Teve um ambulante que foi assassinado. Você tem noção que ele deixou uma mulher com a filha de sete meses na barriga? Quem que vai sustentar essa filha? Quem vai sustentar essa mulher? Quem vai pagar o aluguel?

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Finalizando.

O SR. ROGÉRIO LIMA – Então, gente, a gente aqui só tem uma chance: é nos unirmos. Não tem outra forma de eles nos escutarem, é nos unindo e nos mobilizando.

Então, faço esse apelo em nome de todos os trabalhadores. Em nome de todos os trabalhadores, Secretário. Faça de novo a questão da CPA, Comissão Permanente dos Ambulantes, em todas as 32 subprefeituras. O senhor é o Secretário das 32 subprefeituras e faça uma comissão para escutar esses trabalhadores.

Parabenizo o Instituto Gaspar Garcia. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Rogério.

A próxima oradora inscrita, Gilvânia Gonçalves, da Coordenação Nacional do Movimento de Trabalhadores Sem Direitos.

Gilvânia, obrigada pela sua participação. Você tem até três minutos para as suas considerações.

A SRA. GILVÂNIA GONÇALVES – Bom dia a todos os trabalhadores presentes. Quero saudar a Mesa, em nome do Secretário; do Vereador Alessandro Guedes; do Benedito, do Fórum dos Ambulantes; e da Vereadora Sandra.

Gente, olha, falar do Tô Legal é ser repetitivo. Não adianta. O Tô Legal não foi discutido com os trabalhadores. A verdade é essa. Foi um programa discutido numa sala fechada, no ar-condicionado. Não foi discutido com os trabalhadores, porque se tivesse sido discutido com os trabalhadores, as políticas públicas seriam para os trabalhadores.

Outra questão que eu vou perguntar ao Secretário é sobre a economia. Se esses valores são pagos para o Tô Legal, para onde vai esse dinheiro? Esse dinheiro volta em forma de políticas públicas para esses trabalhadores? Não. Porque onde os trabalhadores trabalham

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 28 DE 42

não tem um banheiro para ir, não é? A gente sofre com isso, não é? Não tem um banheiro para a gente ir, não tem como carregar o celular, não tem água. Então é uma pergunta. Eu quero que o Secretário nos responda: para onde vai esse dinheiro? Porque os trabalhadores pagam no Programa Tô Legal que não é legal para ninguém, como foi falado aqui. Essa é a minha pergunta.

Gente, sem organização popular, sem pressão popular, mesmo que na Câmara tenha Vereadores que nos apoiem, mas se a gente não estiver organizado, juntos, a gente não consegue políticas públicas. Eu acho que é bem difícil organizar os ambulantes porque a gente tem que trabalhar. Se não trabalhar, não levamos o pão para casa, não pagamos o nosso aluguel, mas nós precisamos estar organizados. Sem organização não adianta a gente vir aqui.

A gente cobra as políticas dos Parlamentares, mas a gente precisa também estar organizado, fazer pressão popular nas ruas, porque quando tem audiência pública, são poucos que vêm; quando tem um ato, são poucos que vão. Então a gente tem que se sacrificar. Não é porque a gente já não trabalha, porque quando a polícia vem, leva a nossa mercadoria. Já não trabalhamos porque o Tô Legal joga a gente para lugares, vias que, às vezes, não têm fluxo de pessoas. Então não custa um dia você tirar para lutar pelos nossos direitos.

É esse o apelo que eu venho falar para os trabalhadores e para o Secretário. Precisamos de respostas.

Obrigada, gente.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Muito obrigada, Gilvânia.

Próxima oradora inscrita, Amanda Endo, do Centro Gaspar Garcia.

Amanda, obrigada pela sua presença. Você tem até três minutos para suas considerações.

A SRA. AMANDA ENDO – Boa tarde, pessoal. Agradeço à Mesa, ao Alessandro Guedes pela propositura da audiência, agradeço a presença do Secretário e de todos os trabalhadores e trabalhadoras presentes.

Dizer que, gente, a política do Tô Legal e a política da Operação Delegada são duas políticas que caminham juntas pela sedimentação de um desmonte da política municipal que

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 29 DE 42

garante o mínimo de dignidade para os trabalhadores e trabalhadoras ambulantes nesta cidade.

O Tô Legal é como muitos de vocês já disseram. Acho que esta audiência é bem representativa no sentido de evidenciar quanto essa política não serve, não é compatível com a realidade dos trabalhadores. Enfim, é uma política que tem inúmeros problemas, que já estamos cansados de saber.

Eu acho que um dos principais problemas é a ausência de transparência, por parte do Poder Público, em relação às justificativas para os bloqueios das ruas. São bloqueios que acontecem de forma absolutamente discricionária.

Então, os trabalhadores que estão aqui, que tentam se regularizar, que buscam uma regularização para garantir o seu sustento, mas, quando vão buscar essa regularização através do Tô Legal, veem que as ruas que têm algum valor econômico, que são ruas minimamente rentáveis para o comércio, estão todas bloqueadas. Isso sem nenhuma justificativa. É importante frisar que isso abre margem para toda uma sorte de práticas ilegais.

A gente tem inúmeras denúncias de vendas de Tô Legal ilegais e distorção para emissão de portarias ilegais, também. A gente sabe que isso só acontece porque é uma política que não é condizente com a realidade dos trabalhadores e que não funciona para uma regularização de fato.

Além da questão da transparência, a questão da precariedade, da ausência de previsibilidade e da instabilidade dessa política já foi reiterada diversas vezes. Acho que é importante dizer que há uma ausência de regulamentação do trabalho ambulante. Ela é absolutamente casada e anda junto à violência praticada através da Operação Delegada contra os trabalhadores, porque, se existisse uma política de fato efetiva e condizente com a realidade dos trabalhadores para regulamentar essa atividade, não existiria margem para tanta violência, da forma como acontece – e que acontece de forma totalmente irregular, através de um bico institucionalizado da Polícia Militar, que reprime os trabalhadores. Então, a Operação Delegada precisa acabar. O Tô Legal não funciona como uma política para o trabalho ambulante.

Acho que o companheiro comentou – não me lembro de quem foi; acho que foi o

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls 33

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 30 DE 42

Pedreira – sobre as portarias que proíbem a emissão de novos TPUs. Na verdade, é uma política da Prefeitura para sedimentar o fim da política dos TPUs, que era aprovada pelos ambulantes – e não foi só em 2024. É uma portaria que se renova de seis em seis meses. Inclusive, o Secretário que está presente é o signatário da última portaria que foi emitida no início de 2025, renovando a proibição da emissão dos novos TPUs até o final de 2025.

Então, só para finalizar, eu gostaria de pedir, como encaminhamento, que o Secretário se comprometa a não emitir uma nova portaria ao final dessa portaria, para que cesse essa prática de proibir a emissão de novos TPUs, para que a gente possa dialogar sobre uma regulamentação que de fato seja compatível com os trabalhadores.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sra. Amanda. O próximo orador inscrito é o Sr. Cosme Damião de Oliveira, da Vila Mariana e região.

O SR. COSME DAMIÃO DE OLIVEIRA – Bom dia. Quero agradecer ao Fabricio Cobra, à Vereadora Sandra Santana, que é a Presidente, e, principalmente, ao Vereador Alessandro Guedes.

Vamos falar sobre o Tô Legal. Uns colegas já falaram, mas a gente vai falar. O que acontece com o Tô Legal? Para explicar melhor, menciono a numeração que você tira, numa rua. Como eu sou pipoqueiro, eu vou falar de mim. Se eu tirar a numeração 1.694, um rapaz do milho já não consegue tirá-la, pois é bloqueado. O que acontece com a numeração de um amigo da gente, que falou, aí. Ele a tirou e disse: “Em tal dia, vou trabalhar. Em tal dia, não vou trabalhar.” O que aconteceu para ficar bloqueado? A mulherzinha que vende café tirou essa numeração. Aí, eu vou tirá-la, de manhãzinha. Vamos supor um horário, de manhã. Eu já não consigo tirá-la nesse horário. Sou pipoqueiro, com mais de dez anos no local, sejam 15 anos, sejam 20 anos. O rapaz do milho, da barraca do pastel ou de *dog* não consegue tirá-la porque eu a tirei de manhã. Se eu a tirar à tarde, aí, o rapaz do milho não consegue tirá-la, bem como o rapaz do *dog*, do pastel, etc. Não vou falar tudo. Senão, meu tempo vai embora.

Então, o que acontece? Deve-se desbloquear. Vamos supor que eu tirei pipoca. O

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 31 DE 42

rapaz do milho tira o milho, de boa. Pode tirar dois horários. Poderiam liberar os três horários. Não conseguem. São só dois horários. Eu acho que, quando saiu o Tô Legal, fui o primeiro, mais ou menos, lá, na Prefeitura da Sé, a entrar e liberar meu CCM. Eu vi até uns fiscais lá, mas prefiro não comentar.

Sobre a Polícia Militar, que é a Operação Delegada, ela pode continuar, sim, mas para ladrão. A Vergueiro está aqui, em cima. Há a Liberdade e outras ruas. Ladrão de celular é só o que há. Não é o caso, aqui. É o Tô Legal. O colega nosso falou que nós viramos seguranças. Nós somos seguranças. Eu já prendi. Se quiserem, eu mostro o boletim de ocorrência. Há três BOs, de prender ladrão de celular, mas vamos lá. A Operação Delegada pode continuar, sim. Jamais sou contra a Polícia Militar.

Porém, ordem dada é ordem cumprida. Se algum comandante passar uma ordem para um policial, ele vai chegar quebrando. Antigamente, era a Guarda Metropolitana. A gente reclamava, mas não havia tanto caso. Aqui, sabe-se das coisas, viu? Vamos explicar tudinho.

Assim, tem que tirar. Já temos fiscalização e esses fiscais estão fazendo o quê? Onde estão esses fiscais? Há um monte, em todas as Subprefeituras. Você sabe muito bem, meu amigo Fabricio Cobra. Você trabalhou. Foi um ótimo Subprefeito na Vila Mariana. Quero agradecer, em nome de todos os pipoqueiros e vendedores de milho, pastel e *dog*. Se eu me esquecer de alguém, você trabalhou muito bem até para ruas e etc. Tem que tirar e liberar o quê? Os meus amigos pediram para liberar parques e o portão do Parque do Ibirapuera. Você acompanha a gente. Na árvore de Natal, a gente não conseguiu trabalhar neste ano.

Então, eu quero agradecer a todos os meus companheiros.

A única questão é tirar a Polícia Militar. Gente, a Polícia Militar não é para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Sr. Cosme. O próximo orador inscrito é o Sr. Felipe Fernandes Reis, artesão de São Paulo. Obrigada, Sr. Felipe. Tem até três minutos para as suas considerações.

O SR. FELIPE FERNANDES REIS – Bom dia a todos. Agradeço a presença do Secretário das Subprefeituras, Cobra. Agradeço à Presidente da Mesa, Vereadora Sandra

Santana, e agradeço ao querido Vereador que convocou todos os trabalhadores das ruas para estarem presentes, hoje, falando sobre esse programa Tô Legal.

O programa Tô Legal foi criado em 2019 nesta Casa. O lançamento aconteceu e eu estava presente. Eu sou artesão. Sou artista de rua em São Paulo. Sou biólogo e biofísico pela UFRJ. Mesmo assim, eu escolhi seguir esse trabalho, essa profissão de artesão. Eu trabalho nas ruas de São Paulo há dez anos.

Eu nunca vi, nesses dez anos, uma situação como a que aconteceu nesses últimos seis meses de governo do nosso Prefeito Ricardo Nunes. O Sr. Ricardo Nunes fomenta essa política, que é excludente. Retira os trabalhadores das ruas. Por que ele faz isso? Por que a política pública do Sr. Ricardo Nunes consegue suplantear algumas leis, como o direito ao trabalho? Como a política pública consegue vencer o direito ao trabalho e à dignidade humana? Eu não sei.

Nesta Casa, o Tô Legal foi criado pela Luana Ruiz, Secretária Executiva de Desburocratização, modernização da gestão do governo do próprio Ricardo Nunes.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FELIPE FERNANDES REIS – Foi no Bruno Covas? Certo. Ela foi criada no Bruno Covas. Está certo.

Quando foi criado, a gente a questionou, nesta Casa: “Luana, artesão de São Paulo precisa do Tô Legal?” Mais de uma vez, por várias instituições diferentes ela foi questionada sobre isso, Fabricio Cobra. O que ela respondeu para a gente? “Não, o Tô Legal não se enquadra para artesãos da cidade de São Paulo.”

Por quê? Porque nesta Casa também foi criada uma lei em 2013. Foi o Decreto Municipal nº 55.140. Institucionalizou-se essa lei do Alfreduinho, a Lei do Artista de Rua, em São Paulo, não pode ser cobrada taxa pública. Está lá, no final da lei. Na conclusão da lei, está escrito que não pode ser cobrada nenhuma taxa pública dos artistas de rua de São Paulo, nem dos artesãos, mas, quando a gente está na rua, o Policial Militar vem cobrar de mim um Tô Legal. O fiscal da Prefeitura vem cobrar de mim um Tô Legal.

Então, Sr. Fabricio Cobra, eu gostaria de discutir com o senhor, já que a gente está procurando, já há dois anos, conversar com o Secretário das Subprefeituras. Não adianta a gente conversar com o Secretário das Subprefeituras, é aquilo, né? Ele pede para a gente arrumar uma CLT. Mas eu sou empresário. Eu trabalho nas ruas. Eu gostaria que fosse aberta essa discussão com os artistas de rua de São Paulo para que acabasse essa exigência do Tô Legal, que é ilegal essa exigência dos artistas de rua.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Último inscrito, Sr. Francisco Marcos da Silva, da Apemicro.

O SR. FRANCISCO MARCOS DA SILVA – Um bom dia a todos e a todas. Na presença da Vereadora Sandra Santana, Presidente da Comissão, eu cumprimento toda a Mesa.

Amigos, o ambulante é a profissão mais antiga do mundo. Desde 91, eu participo dessa batalha. Mais uma vez estamos aqui discutindo o efeito e não a causa. Nós somos o efeito, não se discute a causa.

A Lei nº 11.039, Decreto nº 42.600 precisam ser revistos. O Tô Legal é uma divisão. O que é o Tô Legal? Dividir a categoria. As pessoas precisam estar divididas para estarem fracas. Em 2012, quando derrotamos o Presidente do Tribunal de Justiça e o Prefeito, nós vencemos, porque estávamos unidos. É necessária a união. Mas a união só vai existir a partir da transformação. A palavra esperança, esquece. Enquanto cada um de nós não nos transformarmos individualmente, esquece a palavra esperança, que não vai existir. Isso é para todo mundo. Primeiro tem que ter a transformação para depois a esperança. É necessário a revisão da Lei do Tô Legal.

A questão da Operação Delegada que todo mundo bate é complicada, porque se tirar os policiais, quem vai segurar a rua? Antigamente, quem é antigo, conhecia um fiscal chamado Curió. Sozinho, ele cuidava do Viaduto do Chá, onde, depois que terminava, mais de cem pessoas trabalhavam. Quem controla hoje a rua? Nós precisamos entender a atual situação do mundo. Quais são as políticas?

Então, companheiros, é necessário abrir um canal de diálogo. Ficar só acusando, batendo, não vai resolver. Precisamos dialogar. Precisamos nos unir para mostrarmos aos Legisladores, que abram caminho de diálogo com o Prefeito. O Secretário está aqui com boa intenção, mas acima dele, tem um prefeito. Quem manda é o prefeito. Toda a política na cidade, é o prefeito. Nós precisamos abrir um caminho de diálogo, mas somente com sabedoria, inteligência e união.

Agradeço. Que Deus abençoe a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada. Encerradas as falas, nós tivemos aqui o Secretário Fabricio Cobra, Vereador Alessandro Guedes e todos os presentes. Para que vocês saibam, 18 pessoas fizeram as suas considerações, inclusive, importantes. Tenho certeza de que está tudo registrado pelo Secretário Fabricio e por nós.

Vereador Alessandro Guedes, se V.Exa. permite, eu queria só fazer uma breve observação antes de passar a palavra a V.Exa. e na sequência, ao nosso Secretário.

O que percebemos aqui e comentávamos e ouvi, inclusive, de muitos de vocês, uma palavra: empreendedorismo. Quem está na rua está trabalhando e empreendendo. Empreender gera renda, oportunidade, postos de trabalho. Sabemos que muitas pessoas têm mais de um negócio, portanto, muitas vezes até emprega.

A gente comentava que é muito bom chegar a algum lugar e ter um cafezinho e um bolo, que possamos confiar de comer e beber. E muitas vezes encontramos isso no comércio ambulante. Aquelas pessoas que estão há muitos anos. Como um dos últimos que falou, está aqui sentadinho, que é o pipoqueiro da Vila Mariana. Quantos anos está lá? Sabemos que podemos ir a essa banca e comer, Secretário. É muito boa uma relação de confiança que mantemos com o pessoal de comércio ambulante.

A Luciana, que foi a primeira a se manifestar, colocou as suas considerações, mas dentro das considerações dela, reconheceu que São Paulo ainda está melhor para trabalhar do que em outros lugares. Com todos os problemas que estamos aqui hoje, juntos, ouvindo de vocês, abrindo essa importante porta de diálogo. A gente ouviu bastante, Secretário, que isso foi

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 35 DE 42

tentado durante algum tempo e não estamos aqui para falar de quem passou, quem deixou de passar, mas é importante a presença de S.Exa. Essa é uma característica sua já de muitos anos. Conhecemo-nos há muitos anos, ouvimos, inclusive, quem é da Vila Mariana, você sempre teve essa postura do diálogo, da audição. Muito obrigada.

Para encerrar, falávamos que o comércio ambulante, também, é um negócio de família. Um dos últimos que falou, disse que ficava na barraca da mãe quando pequeno. Cresceu ali. Então, é um negócio que passa pela família. É importante esse momento que estamos vivendo.

Agradecer ao Vereador Alessandro Guedes que fez essa provocação, mas principalmente, junto a sua equipe está anotando, registrando e tenho certeza de que nas suas considerações terão alguma boa notícia para todos nós.

Parabéns para vocês que se mantiveram unidos de forma muito respeitosa, isso é importante. Que saibamos ouvir e falar nessa relação de respeito para alcançar melhorias nesse segmento que é tão importante para a cidade de São Paulo, uma cidade que é extremamente acolhedora e onde temos mais de 200 nacionalidades de estudantes nas escolas públicas. Isso significa que muita gente de outros países, mas principalmente do Brasil inteiro, está apostando, acreditando e investindo em São Paulo. Obrigada, Sr. Secretário. Parabéns para vocês. (Palmas)

Passo a palavra ao Vereador Alessandro Guedes.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Obrigado, Presidente Vereadora Sandra Santana.

Como eu disse, se não fosse V.Exa. contribuir para que esta audiência fosse aprovada na CCJ, nós não a teríamos hoje; e também na colaboração para a vinda do Secretário, que tinha se comprometido comigo de estar presente. Mas a Vereadora Sandra também falou: “Olha, esse tema é de grande importância para a cidade, eu vou reforçar com o Fabricio para que dê prioridade, porque precisa ouvir a população.”

Eu queria também cumprimentar, além do Secretário, e agradecer a presença, Dr. Benedito, conhecido por todos nós como Dito. É um lutador não só do Centro Gaspar Garcia, mas também do Fórum dos Ambulantes. Dra. Tatiana que está ali acompanhando o Secretário

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 36 DE 42

Adjunto e a Patrícia. Muito obrigado pela presença.

Secretário, nesta audiência pública de hoje, acredito que o que mais absorvi foi a fala das pessoas agradecendo a oportunidade de ter uma autoridade na mesa para ouvi-los. Isso não acontecia há mais de dois anos. (Palmas)

Nós, que somos revestidos da função social de representante do poder público, que estamos naquela posição por um determinado período, temos responsabilidade de entender o que o outro lado passa para que possamos melhorar a nossa conduta.

O fato de S.Exa. ter vindo aqui hoje tem que ser uma postura que toda a cidade tenha que ter de diálogo com os ambulantes nas 32 Subprefeituras. Subprefeito não pode se considerar um imperador de chegar para alguém que é empreendedor e resolver falar: “Vai trabalhar de CLT.” Ele está ali naquela função pública para poder atender a população com o devido respeito e o trabalhador ambulante que é empreendedor também. Houve denúncias em relação a Sub da Mooca e têm que ser averiguadas, porque se ele não tem a condição de ser um gestor público de uma Sub tão importante, ele que peça licença da função dele e vá trabalhar em outro lugar.

Mas tudo que é possível ser tratado aqui, eu acho, Secretário, que o senhor pode ajudar a resolver esse problema trabalhando uma comissão que envolvesse a sociedade, envolvesse os trabalhadores ambulantes, envolvesse os gestores públicos, envolvesse as entidades representativas, todos os interessados numa espécie de comissão, onde se pudesse tratar os temas que eles têm a reclamar, por localidade, que não necessariamente é igual em todo canto da cidade.

O senhor ouviu o Sr. Paulo, que se emocionou e ainda está emocionado ali, ele reflete o que todo trabalhador ambulante, que só quer levar o sustento para casa e criar sua família dignamente, passa na mão de fiscal mal-intencionado, gestor público mal-intencionado, polícia truculenta.

É isso que a gente precisa resolver. Ele foi induzido ao erro em Cidade Tiradentes de dar baixa num TPU que ele tinha. Quem dá baixa no seu TPU se trabalha há 15 anos no local? A não ser se um gestor que você confia, que está revestido ali daquela função de

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 40

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 37 DE 42

autoridade pública naquela região, que chega e fala: “não faça isso que a gente vai fazer aquilo.” E você faz e aí o desastre acontece na sua vida. E aí, Sr. Paulo, o Secretário se sensibilizou com o seu caso, vai olhar o que aconteceu detalhadamente, porque não pode uma pessoa fazer isso. E a gente não entende por que foi feito isso.

Agora, se a gente criasse uma comissão a partir de uma Subprefeitura, e falou-se da CPA do passado, uma espécie de comissão que pudesse acontecer todo mês na Subprefeitura, a cada 60 dias em uma Subprefeitura, que nós gestores, Vereadores, pudéssemos participar junto com a população para ouvir o que estão reclamando, para que eles pudessem lá dizer. Por exemplo, que uma das reclamações deles é em relação ao preço praticado no Tô Legal, que é diferente dependendo do ponto em que eles trabalham, que é diferente dependendo do produto que eles vendem, que é diferente em relação ao tamanho da banca deles. Quem é que escuta esse povo para eles falarem isso? Pode ser essa comissão, para trabalhar esse tema em cada canto da cidade. E depois a gente fazer um encontro municipal com a presença do Secretário, por que não?

Outra coisa, Secretário, um problema do Tô Legal, que já falaram com o Modonezi, como é que a gente fecha um ponto para a pessoa trabalhar por 30 dias, renovável por até 90 dias? A cada 90 dias você mexe demais com a vida daquela família. A cada 90 dias alguém pode vir pegar aquele ponto. A nobre Vereadora Sandra acabou de falar do bolinho, da coxinha, do cafezinho. A cada 90 dias muda a pessoa, você para de comprar. Nós temos que trabalhar o tempo que esse pessoal tem direito a trabalhar naquele ponto.

Eu entendo que tem o problema do ponto público, tal, de não virar uma coisa privatista, mas se quiser, dá para fazer, afinal, privatiza-se muita coisa na cidade que não deveria. Se quiser, dá para fazer e encontrar um período maior, renovável, para que esse pessoal possa ficar levando em consideração, inclusive, aqueles com boa conduta, que recolhem seus impostos em dia, que não dão problema, enfim, por que não criar um sistema para isso.

Outra questão importante que foi falada e é difícil tratar: o poder discricionário das subprefeituras, Secretário. Porque eles abrem o ponto onde eles querem e fecham a hora que

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 38 DE 42

eles querem, de acordo com o humor deles. O fiscal da CPDU fala: “vou abrir um ponto nessa rua aqui, vou fechar na outra rua ali.” O cara que está ali trabalhando perde o ponto que trabalhava. E às vezes eles colocam, dependendo da marra deles com os trabalhadores, em local que não passa ninguém. Como você vai vender? Para alma penada? Não dá. Então, essa questão também poderia ser resolvida num debate localizado através de uma comissão.

Operação Delegada. Desastrosa e muitas vezes mortal. E a prova está colocada aqui no senegalês que foi morto, Ngange Mbaye, é o nome dele, ele tem nome, tem RG, tem CPF, tem família, morto pela Operação Delegada desastrosa. Eu não sou contra a Operação Delegada, eu quero deixar claro, eu sou contra ela perseguir ambulantes. Ela não deveria estar lá para fazer isso, deveria estar lá oferecendo segurança para a sociedade.

Acabei de mostrar para o Secretário uma senhora que teve um carrinho chutado ontem, era uma trabalhadora ambulante, de forma que... a gente sabe como a Polícia age de forma truculenta. Então, o que precisa é melhorar essa questão da Operação Delegada, que não seja para punir, fiscalizar. A Prefeitura tem que fazer esse papel. Do jeito que a Operação Delegada está fazendo, é totalmente... Desse jeito a população tem direito a reclamar e querer o fim dela, mas é possível melhorar para que a segurança seja oferecida naquele centro comercial até para quem vai consumir de vocês, mas para fazer o que precisa ser feito.

Sobre abuso de poder dos fiscais, foi falado aqui; abertura para corrupção, eu estou correndo para poder entregar a palavra para o Secretário; e essa questão da Comissão.

Então, Secretário, mais uma vez, obrigado por sua presença por estar ouvindo essa população. Como o senhor havia me dito, o senhor sentiu na pele como Subprefeito que dá para transformar; e agora, com essa oportunidade em suas mãos, ajude a transformar esta cidade num sentido positivo, para que esses trabalhadores ambulantes deixem de ser criminalizados e perseguidos, e possam levar seu sustento para casa dignamente, que é só o que eles querem.

Muito obrigado a todos que vieram e à nobre Vereadora Sandra pela nossa audiência pública. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Obrigada, Vereador Alessandro Guedes.

Tem a palavra agora o Secretário Fabricio Cobra, Secretário Municipal das Subprefeituras.

O SR. FABRICIO COBRA ARBEX – Obrigado, Vereadora Sandra Santana, pelo convite. Desde o início, eu realmente falei que estaria presente. Vereador Alessandro Guedes também, o Dito, a Tatiana e a Patrícia.

Coincidentemente, Sandra e Alessandro, eu estava conversando com os comerciantes de rua da Vila Mariana marcando uma reunião, porque eles estavam colocando algumas questões relacionadas ao programa Tô Legal: o que a gente poderia, de repente, ouvir de sugestões, acatar. E isso, então, coincidiu exatamente com esta audiência pública, que foi muito valorosa para ouvir os trabalhadores, as associações, os sindicatos, trazendo as questões relacionadas ao comércio de rua.

O Prefeito Ricardo Nunes é um entusiasta da geração de emprego, do desenvolvimento econômico. Esse é um ponto importante da gestão do Prefeito, valorizando e fazendo a cidade de São Paulo cada vez mais gerar emprego, oportunidades. São Paulo é a cidade da oportunidade no Brasil, a gente recebe pessoas do Brasil inteiro em busca dessa oportunidade de trabalho e o Prefeito Ricardo Nunes coloca isso sempre como prioridade, dar dignidade, autonomia, para que a pessoa possa ter essa oportunidade de trabalho.

Quando eu vim para a Secretaria das Subprefeituras, foi um dos pontos que ele pediu para eu olhar. Então, Sandra, pela nossa experiência de Subprefeito, que a gente lidou com o Tô Legal no seu início, em 2019, quando o Cosme era um dos comerciantes de rua, com quem a gente conversou na Vila Mariana. Na época, havia uma série de questões e a gente pôde acompanhar o desenvolvimento do Programa desde o seu início.

O Prefeito me pediu, desde que cheguei à Secretaria, para olhar, fazer esse diálogo, ouvir as sugestões de quem está lidando com o sistema. E o Prefeito gosta muito de ouvir quem lida com o serviço público no dia a dia. Então, eu acho que essa é uma missão.

A minha vinda, Alessandro e Sandra, foi exatamente para mostrar que há disposição do Poder Executivo de ouvir, de dialogar, de conversar. Acho que o Kítalo foi muito feliz na

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 40 DE 42

conversa de conciliação, de a gente aprimorar o sistema.

Acho que tem questões pontuais, como a questão dos artesãos e dos artistas, que a Patrícia me explicou que não é Tô Legal, são outras autorizações. Mas para essas questões pontuais a gente vai estar à disposição para ver, caso a caso. O caso do Paulo a gente vai ver um encaminhamento jurídico.

Estar no Poder Público é uma responsabilidade e a gente também tem que respeitar e seguir as leis, então a gente vai esclarecer ponto por ponto. Mas a questão geral eu acho que é o mais importante, como o Kítalo falou dessa conciliação. É a gente ouvir e conseguir avançar nas questões, principalmente operacionais.

Muitos assuntos foram colocados e eu acho que a gente leva uma lição de casa para fazer internamente na Secretaria, com quem mexe com o sistema, com quem está na Secretaria das Subprefeituras desde o início. Então, tem as questões do período, da face de quadra, do recolhimento diário, dos locais, dos bloqueios, a comissão local de cada Subprefeitura.

A Patrícia estava me esclarecendo que a lei que fala do CPA é a lei dos ambulantes, que é uma lei diferente do Tô Legal. Mas, independentemente disso, acho que o maior compromisso é essa porta estar aberta para a gente dialogar, para a gente ouvir, caminhar com essas sugestões, principalmente operacionais, que é para facilitar.

Esta é a Casa de Leis e eu fui Secretário da Casa Civil uns três anos, então revimos várias leis, como a lei urbanística, a lei do PIU Central, a lei do Requalifica, porque, na prática, você sempre sente que, quando você cria uma política pública, ela tem a intenção de facilitar e atender os usuários, mas, na prática, às vezes, algumas coisas precisam ser aprimoradas. Acho que esse é o principal ponto, é o ponto que o Prefeito Ricardo Nunes me colocou para ouvir e ver as sugestões, e a gente, internamente, fazer, primeiro, essa lição de casa de tudo aquilo que foi colocado aqui: fazer uma análise, porque o Poder Público tem essa responsabilidade também de seguir aquilo que é lei. Então, a gente quer tentar avançar muito nessas sugestões.

Acho que fica o meu compromisso dessa porta aberta. A minha presença aqui e da minha equipe é exatamente neste sentido: para que a gente tenha esse diálogo constante e ouvir

o usuário do serviço público, o usuário do Tô Legal, que é o comerciante de rua que trabalha, diariamente, nas ruas de São Paulo, e a gente poder ouvir essas sugestões.

Acho que essa questão da comissão local também é importante, o Subprefeito ter esse contato. A Sandra e eu fomos. A gente fez. É importante. Você consegue ouvir e ver exatamente a política pública sendo realizada na ponta. Então, acho que fica esse meu compromisso.

Primeiro, a gente fazer essa lição de casa, analisar, internamente, tudo aquilo de legislação, tudo aquilo que está acontecendo junto com aquilo que vocês colocaram aqui hoje, mas, principalmente, nessa questão operacional, para que esse dia a dia do comerciante de rua seja facilitado. Essa foi a missão que o Prefeito Ricardo Nunes me colocou.

Agradeço a presença de todos, as contribuições, as críticas, as colocações e, principalmente, a Vereadora Sandra Santana e o Vereador Alessandro Guedes que fizeram o convite para esta oportunidade, nesse dia a dia, que coincidiu com alguma coisa que a gente já estava preocupado e que o Prefeito já tinha me pedido.

Então, vamos caminhar juntos, mantendo o contato, não só com a CCJ, mas com todas as entidades. Os casos particulares, a gente resolve, caso a caso, colocando a Secretaria à disposição, mas obrigado pelo convite, Sandra e Alessandro. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Sr. Secretário, obrigada.

Se tem alguma pergunta que não foi respondida, acho que a gente pode deixar combinado que você, sua equipe, encaminhará a resposta.

Eu não quero, em hipótese alguma, passar por cima do Vereador Alessandro Guedes ou colocar o Secretário em xeque, mas, diante de tanto material rico, importante que você recebeu e da sua disposição, principalmente, de abrir esse diálogo, de pensar algumas soluções. Por que não existe nada que não possa ser melhorado, não é pessoal? Não existe nada que não possa ser melhorado. O Tô Legal veio para melhorar uma situação que já existia. Hoje, ele mostra que a gente pode melhorá-lo também.

Você acha que seria razoável, depois, conversar com o nobre Vereador Alessandro

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

fls. 45

REUNIÃO: 21211 DATA: 24/06/2025 FL: 42 DE 42

Guedes, e a gente marcar uma devolutiva no início do segundo semestre, porque, agora, a Casa também entra em recesso, mas a Secretaria precisa de um tempo também para levantar essas informações que vocês trouxeram, essas legislações, e a gente tentar avançar um pouquinho. Então, de pensar, no início do segundo semestre, uma devolutiva. Não sei se em forma de audiência pública, mas já pensando numa comissão para estar avançando um pouco. O Secretário acha razoável? (Palmas)

E a gente sai com uma tarefa com data marcada todo mundo. Não só nós, vocês também.

O SR. ALESSANDRO GUEDES – Ótima observação, nobre Vereadora Sandra, afinal de contas, Secretário, as pessoas sentem com a sua presença, sua fala, boa vontade em ajudar, a sua equipe. Agora, para que as pessoas não saiam no escuro, ter uma ideia de devolutiva é importante, um prazo para essa devolutiva neste segundo semestre para que a CCJ desse um novo encaminhamento, pudesse trazer as alterações que a Secretaria está pensando, inclusive, sobre essa Comissão que o senhor concorda que já teve no passado, que hoje não existe mais.

Enfim, seria legal se a gente pudesse ter isso no radar, um compromisso do senhor.

O SR. FABRICIO COBRA – Então, logo a gente faça todo esse trabalho de lição de casa interno, a gente entra em contato com os dois e já agenda para o segundo semestre.

A SRA. PRESIDENTE (Sandra Santana) – Pontualmente, às 13h, nada mais havendo a tratar, encerramos a presente audiência pública.

Parabéns a todos vocês que estiveram presentes.

Obrigada, Secretário Fabricio e Vereador Alessandro Guedes. (Palmas)